



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2026

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2026 – PROPESQ/UNIR

Estabelece diretrizes e normas para o uso de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa nos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

O Pró-Reitor de Pós-graduação, Pesquisa e Inovação da Universidade Federal de Rondônia, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pelo art. 44 do Regimento Geral da UNIR, Portaria nº 225/GR/UNIR, de 07 de março de 2024, Portaria nº 70/2026/GR/UNIR, de 29 de janeiro de 2026, e considerando a necessidade de estabelecer diretrizes e parâmetros sobre o uso de tecnologias emergentes no âmbito acadêmico, normatiza:

Art. 1º Os princípios para o uso ético, responsável e transparente de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa (IA) nas atividades de ensino, pesquisa, produção técnica e elaboração de trabalhos acadêmicos no âmbito dos cursos e programas de pós-graduação (lato e stricto sensu) da UNIR.

Art. 2º Para fins desta normativa considera-se ferramenta de Inteligência Artificial Generativa todo sistema computacional capaz de produzir conteúdo textual (incluindo traduções), visual, sonoro ou analítico a partir de comandos humanos.

Art. 3º O uso de IA na pós-graduação deve observar os seguintes princípios:

I. Responsabilidade: o(as) autores(as) são integralmente responsáveis pelo conteúdo final submetido, independentemente do uso de ferramentas auxiliares.

II. Transparência: todo uso de IA que for utilizada para produzir conteúdo textual, estrutural ou analítico que integre o trabalho final, deve ser explicitamente declarado.

III. Originalidade e integridade: a IA deve ser utilizada como ferramenta de apoio e não como substituta do esforço intelectual, crítico e analítico do(a) pesquisador(a).

IV. Privacidade e proteção de dados: vedado o fornecimento de dados sensíveis ou sigilosos, incluindo informações obtidas a partir de pesquisa acadêmica, usando ou não ferramentas de IA, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

Art. 4º É permitido o uso de IA para:

I. Revisão gramatical, ortográfica e ajustes de estilo em textos de autoria do/a próprio/a discente.

II. Auxílio na tradução de textos.

III. Apoio na formatação de referências bibliográficas, cronograma, quadros e tabelas.

IV. Auxílio na estruturação de códigos de programação ou análise estatística de dados brutos.

V. Apoio na organização preliminar de ideias, desde que o conteúdo final seja redigido pelo(a) autor(a).

Parágrafo único. Em quaisquer hipóteses cabe ao (à) autor(a) realizar a revisão e análise do material produzido.

Art. 5º Fica expressamente vedado:

I. Atribuição de autoria ou coautoria a ferramentas de IA.

II. Geração automatizada de textos ou partes relevantes de qualquer trabalho acadêmico sem revisão crítica substancial do(a) autor(a).

III. Uso de IA para produção de dados experimentais, simulações não declaradas, reprodução não referenciada de conteúdos protegidos por direitos autorais ou quaisquer procedimentos considerados como plágio.

IV. Geração de resultados empíricos falsos, redação de conclusões sem a devida análise crítica e autoria intelectual do(a) pesquisador(a), submissão de trabalhos integralmente automatizados e uso para manipulação de dados sigilosos.

V. Inserir dados de pesquisas não publicadas em ferramentas de IA que possam comprometer a novidade do trabalho, bem como que venham ferir o sigilo exigido para as patentes antes do efetivo registro, sobretudo quando vinculado à Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/1996).

Art. 6º Trabalhos de conclusão (monografias, dissertações e teses), bem como textos para qualificação ou exigência de disciplinas, deverão conter “Declaração de Uso de Ferramentas de IA” como elemento pré-textual obrigatório, especificando:

I- Ferramenta utilizada e respectivas datas.

II- Impacto do uso da IA para os resultados do trabalho.

III- Partes do trabalho em que ocorreram uso de IA, tais como tradução, revisão textual, elaboração de resumos, apoio à codificação ou organização estrutural.

Parágrafo único. O uso pontual e não substancial de IA deve ser citado em nota de rodapé ou conforme normas adotadas pelo Programa.

Art. 7º Cabe aos/as orientadores/as supervisionar o uso dessas ferramentas, garantindo o desenvolvimento das competências críticas dos discentes.

Parágrafo único. É dever do discente informar ao(á) orientador(a) o uso de IA em seus trabalhos.

Art. 8º Se a IA for utilizada na criação de ativos passíveis de proteção intelectual, o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT/UNIR) deverá ser consultado para orientar sobre a titularidade institucional.

Art. 9º A inobservância desta Instrução Normativa poderá caracterizar má conduta acadêmica, sujeitando o infrator a sanções acadêmicas, cíveis e administrativas.

§ 1º A utilização de ferramentas automatizadas de detecção de conteúdo não constitui, por si só, prova conclusiva de irregularidade, devendo seus resultados ser analisados em conjunto com outros elementos.

§ 2º A suspeita de uso indevido de ferramentas de Inteligência Artificial deverá ser formalmente registrada, cuja decisão deverá ser motivada, com indicação clara dos fundamentos fáticos e normativos que embasaram a conclusão.

§ 3º O(A) autor(a) será formalmente notificado(a) para apresentar manifestação escrita no prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis, podendo juntar documentos, esclarecimentos técnicos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 10 Os Programas de Pós-Graduação poderão editar normas complementares, desde que não contrariem ou flexibilizem as vedações desta Instrução.

Art. 11 Casos omissos serão resolvidos pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação, que poderá encaminhar para manifestação de outras instâncias competentes caso entenda necessário.

Art. 12 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos trabalhos em curso.

Porto Velho, 18 de fevereiro de 2026.

Prof. José Juliano Cedaro

Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação

Portaria nº 225/2024/GR/UNIR, de 07 de março de 2024



Documento assinado eletronicamente por **JOSE JULIANO CEDARO, Pró-Reitor(a)**, em 18/02/2026, às 10:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2521799** e o código CRC **0CA64900**.